

A AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM NA CONCEPÇÃO DOS PROFESSORES DO CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR COSTA VERDE.

Franklin Epiphanyo Gomes de Almeida¹

RESUMO

O objetivo agora é compreender a concepção dos professores do CFO sobre a avaliação. Para tanto, fez-se necessário entender o conceito e a importância da avaliação no contexto educacional, bem como compreender a concepção de alguns teóricos sobre o tema. Além disso, procuramos mostrar o relevante papel exercido pelas avaliações que cumprem adequadamente com suas funções diagnóstica, formativa e somativa, no desenvolvimento de um processo de ensino-aprendizagem construtivista, e analisamos o conteúdo do Projeto Político Pedagógico 2013/2015 da APMCV sobre a avaliação educacional. Considerando o objetivo central do trabalho, tornou-se indispensável realizarmos a pesquisa de campo aplicando um questionário aos professores do CFO, que nos permitiu ter uma visão da concepção que possuem sobre a avaliação educacional na APMCV. Grande parte destes professores acredita que a avaliação educacional na APMCV tem sido um importante instrumento auxiliar do processo ensino-aprendizagem, em que pese considerarem que há também uma preocupação da instituição para que a avaliação sirva como instrumento de "medição" do conhecimento e classificação entre os alunos.

Palavras-chave: *Avaliação – diagnóstica - processo ensino-aprendizagem.*

ABSTRACT

The goal now is to understand the design of the CFO's teachers about the evaluation. Therefore, it was necessary to understand the concept and importance of evaluation in the educational context and understand the design of some theorists on the subject. Also, we try to show the important role played by assessments that adequately comply with their diagnostic functions, formative and summative, developing a process of constructivist teaching and learning, and analyze the contents of the Pedagogic Political Project 2013/2015 of APMCV on evaluation educational. Considering the central objective of the work, it has become indispensable accomplish fieldwork applying a questionnaire to the CFO of teachers, which allowed us to have a vision of design that have on educational evaluation in APMCV. Most of these teachers believe that the educational evaluation in APMCV has been an important auxiliary tool in the teaching-learning process, despite consider that there is also a concern of the institution to which the evaluation serve as an instrument of "measurement" of knowledge and classification of the students.

Keywords: *Evaluation – diagnostic - teaching-learning process.*

¹ Major da PMMT. Graduado do Curso de Formação de Oficiais – Bacharel em Segurança Pública pela Academia de Polícia Militar Costa Verde. Graduado em Direito pela UNIC/Tangará da Serra - MT. Pós-graduado em Políticas de Segurança Pública e Direitos Humanos pela UFMT. Pós-graduado em Metodologia Científica e Docência.

INTRODUÇÃO

Diante das diversas dificuldades e desafios que se impõe atualmente à melhoria da qualidade da educação em nosso país, a avaliação do processo ensino-aprendizagem destaca-se por sua imprescindibilidade ao cotidiano acadêmico, ao mesmo tempo que pela falta de cuidado com que é trabalhada.

Exemplo disso é que nossa instituição pouco aborda tal questão, apesar de haver na Polícia Militar do Estado de Mato Grosso duas Unidades voltadas especificamente para a formação, capacitação e aperfeiçoamento de policiais militares (a Academia de Polícia Militar Costa Verde e o Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças), as quais já são, inclusive, reconhecidas como Instituições de Ensino Superior (IES). Além disso, nossos Comandos Regionais (que são as Unidades Policiais presentes nos municípios polos do Estado e responsáveis pela gestão do policiamento de toda uma região) e as Unidades Especializadas (tais como Batalhão de Operações Especiais, Batalhão de Trânsito Urbano e Rodoviário, Batalhão Ambiental, entre outros) constantemente realizam algum tipo de curso de formação ou capacitação para seu pessoal.

Por conta desta carência, e tendo em vista o anseio de se complementar uma pesquisa semelhante já feita pelo próprio autor com os alunos do terceiro ano do CFO no ano de 2012, conhecendo melhor a maneira pela qual se dá a avaliação do processo ensino-aprendizagem adotado na APMCV, nasce, então, o presente trabalho, entendendo-se que a avaliação da aprendizagem escolar não é um elemento à parte do processo didático de ensino-aprendizagem, mas integra-o como um de seus elementos constitutivos, ao lado do professor, do aluno, do contexto e do conhecimento (BALIEIRO, 2003, p. 62).

Desta forma, por ser a avaliação um dos elementos constitutivos da aprendizagem, e por exercer papel de grande relevância na construção do saber do indivíduo, contribuindo com o processo educacional, é imprescindível que ela se relacione com os demais elementos do processo educativo, ao mesmo tempo em que seja contemplada no Projeto Político-Pedagógico, contribuindo, assim, para a formação significativa do indivíduo.

Demo (2005, p. 05) afirma que “o único sentido da avaliação é cuidar da aprendizagem”. Devido a tal importância, faz-se necessário seu melhor entendimento e aperfeiçoamento, por isso, neste trabalho, procuramos esclarecer o que é avaliação do processo ensino-aprendizagem, sua importância e suas funções.

O objetivo central da pesquisa foi responder ao problema: Qual a concepção dos professores do Curso de Formação de Oficiais da APMCV acerca da avaliação do processo ensino-aprendizagem adotado nesta IES? Para tanto, os procedimentos metodológicos compreenderam as pesquisas bibliográfica, documental e a de campo, corroborando a compreensão do objeto de estudos. Quanto a pesquisa de campo, sua finalidade é conhecer a concepção dos professores do ano de 2014, civis e militares, acerca da avaliação do processo ensino-aprendizagem praticado na APMCV.

A presente pesquisa possui caráter quali-quantitativo, e a metodologia empregada na pesquisa quanto à técnica de coleta de dados é a utilização de questionário composto por questões abertas e fechadas, tendo sido aplicado a 58 professores das três turmas do CFO, sendo que destes, 35 o retornaram. Os dados das questões fechadas foram tabulados e analisados utilizando-se tabelas e gráficos comparativos no programa Microsoft Excel®. A análise das questões abertas foi feita por meio de sua classificação em grupos por assuntos afins.

O QUE É AVALIAÇÃO E SUA IMPORTÂNCIA NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

A avaliação é a mediação entre o ensino do professor e as aprendizagens do professor e as aprendizagens do aluno, é o fio da comunicação entre formas de ensinar e formas de aprender. É preciso considerar que os alunos aprendem diferentemente porque têm histórias de vida diferentes, são sujeitos históricos, e isso condiciona sua relação com o mundo e influencia sua forma de aprender. Avaliar, então é também buscar informações sobre o aluno (sua vida, sua comunidade, sua família, seus sonhos...) é conhecer o sujeito e seu jeito de aprender (PAULO FREIRE).

Luckesi (2002, p. 92) informa que o termo avaliar tem origem latina a partir da composição de *a-valere*, que significa “dar valor a...”, e continua dizendo que a avaliação representa a atribuição de valor, um posicionamento positivo ou negativo em relação a um determinado objeto (algo, alguém, uma ação). Avaliar então significa atribuir valor, ao mesmo tempo em que representa o acompanhamento dos

resultados obtidos exigindo uma tomada de posição favorável ou desfavorável ao objeto avaliado, colhendo informações para progredir (ALMEIDA, 2012).

Por isso podemos dizer que a avaliação está presente em quase todas as atividades humanas. Nós utilizamos a avaliação no nosso dia a dia para consumir, para contratar um profissional ou evita-lo. Avaliamos a temperatura e decidimos que roupa vestir; avaliamos o caminho a ser tomado, de acordo com o trânsito, etc.. Avaliar faz parte do viver, faz parte da rotina. E o que se deseja com a avaliação que é realizada: garantir o sucesso na tomada de decisão.

A partir dessa concepção, verifica-se que a avaliação deve ser utilizada para facilitar a tomada de decisões nos mais diversos assuntos, não sendo diferente em relação aos processos educacionais e aos currículos escolares.

Segundo Luckesi (2002, p. 09), a avaliação da aprendizagem é “um juízo de qualidade sobre dados relevantes para uma tomada de decisão”. Isto significa que ao se avaliar a aprendizagem de um indivíduo acerca de um conhecimento ou habilidade é necessário que seja feito um julgamento sobre a qualidade do que foi produzido, ou seja, necessário verificar se o que foi apresentado pelo indivíduo satisfaz os parâmetros estabelecidos e propostos pelo avaliador, que por sua vez, deve ter optado por parâmetros relacionados ao Projeto Político Pedagógico do curso (ALMEIDA, 2012).

Assim, avaliar é um ato de investigar, pretendendo desvendar qual é a qualidade da realidade. Feito o julgamento de qualidade, é imprescindível que seja tomada uma decisão acerca do resultado obtido, seja ele satisfatório ou não, lembrando que, caso o resultado não agrade, necessária se faz uma intervenção, de modo a levar o aprendiz a trilhar o caminho mais adequado.

Todavia, tradicionalmente, pratica-se no âmbito da educação verdadeiros exames escolares, trazendo para dentro da escola a seletividade, o que desvirtuou a essência da avaliação, imprimindo-lhe uma característica de controle e seleção. Diante do desafio de saber se o estudante aprendeu ou não, surgiu a proposta de avaliação proveniente dos modelos de exames que eram usados na vida social: exames profissionais, exames para a seleção de militares, entre outros. Como a maior parte, senão todos estes tipos de exames, tinha características de seletividade, assim

foi importada para a avaliação da aprendizagem: quem aprende permanece, quem não aprende é reprovado ou retido.

Ou seja, o exame não aparece como uma questão educativa, mas como um instrumento de controle social. Não se pode negar, portanto, as questões mais abrangentes envolvidas nesse processo, tais como: o caráter sociopolítico e ideológico da avaliação, sendo utilizada como instrumento de discriminação e seleção social, na medida em que assume, a tarefa de separar os “aptos” e os “inaptos”. Por conseguinte, estes e aqueles ocupam lugares diferentes na estrutura social, acarretando a inculcação ideológica e a segregação, numa concepção de que não é possível que todos sejam bem-sucedidos, reforçando a avaliação como um instrumento de poder e controle.

Não poderia ser diferente, já que, como nos ensina Luckesi (2002), a avaliação da aprendizagem tem se manifestado como uma exigência burocrática do sistema, um lugar de práticas autoritárias, ameaçadoras e seletivas na relação pedagógica. Na verdade não pratica-se o avaliar, mas o examinar, tendo como função a classificação do aluno, seja em conceitos, em notas ou mesmo em “aprovado ou reprovado”. Tal postura limita a avaliação (deseja-se saber do aluno somente o que ele já aprendeu; o que ele não aprendeu não importa), trazendo consigo o risco de provocar sérios prejuízos ao aprendiz, que se sentirá rotulado e incapaz.

Por isso é necessário reforçar que a avaliação é um instrumento amplo e complexo, que deve servir à aprendizagem, que existe para não deixar o educando desassistido, sendo determinante para que processo ensino-aprendizagem tenha êxito.

FUNÇÕES DA AVALIAÇÃO

Sempre tive medo da avaliação – respondeu a testemunha sem pestanejar. – Em toda a minha vida escolar e, depois, como profissional, a ideia que me passaram era de ameaça e punição – prosseguiu com um certo rancor na voz. – Diziam que se eu não estudasse para a prova, se não fizesse o trabalho, se conversasse durante a aula, se cometesse qualquer deslize, enfim, teria minha nota sensivelmente prejudicada. Aliás, só me falavam de nota, de conceito, de boletim, de relatório de desempenho. Ninguém jamais me explicou o que havia por trás daquela parafernália de números e instrumentos de avaliação (DEPRESBITERIS, 1999, p. 12).

São raras as pessoas que nunca estiveram em situação de serem avaliadas num processo de ensino-aprendizagem. Quantas delas já não experimentaram aquela sensação de medo de uma avaliação, ou perderam noites de sono? Quantas não ficaram na expectativa de algum professor que explicasse o que há por trás daqueles instrumentos de avaliação, daqueles números e conceitos, e qual sua real importância para o processo?

Certo é que avaliar cognitivamente apenas, medindo-se o desempenho dos alunos unicamente por meio de notas ou conceitos, tem-se mostrado insuficiente; a avaliação formal do sistema escolar não tem atendido às expectativas, e apesar da sua importância, é necessário oferecer ao educador um suporte dinâmico a serviço da construção da aprendizagem bem-sucedida.

Para isso, o ato de avaliar deve estar fundamentado em:

a) perspectivas construtivas – pelas quais a avaliação deve apontar caminhos e estratégias de ação para o professor e possibilitar ao aluno uma formação consciente sobre suas possibilidades. Uma avaliação, quando bem realizada, é capaz de verificar o que o aluno realmente aprendeu, além de fornecer subsídios para o avanço do trabalho do docente;

b) perspectivas humanizadoras – baseadas na ética, no respeito e na justiça, sendo que o ser humano e seu processo de formação são o centro da prática avaliativa;

c) perspectivas reflexivas – nas quais estão presentes permanentemente o exercício da autocrítica e do repensar.

Quanto às funções da avaliação, diversos autores importantes acerca do tema adotam diferentes classificações com ligeiras variações de abordagem e critérios. Nossa proposta é nos atermos às funções ou modalidades diagnóstica, formativa e somativa, da maneira como são trabalhados por Sant'Anna (1995), Perrenoud (1999), Luckesi (2002), Melchior (2003) e Almeida (2012).

A avaliação no exercício de sua função diagnóstica precisa ser realizada no início do trabalho, na entrada, identificando os pré-requisitos necessários, sondando as habilidades presentes ou não, tornando-se uma ferramenta dialética de avanço e identificação de novas direções a serem tomadas. Neste mesmo sentido, Luckesi

(2002, p. 43) defende que a avaliação “terá de ser o instrumento do reconhecimento dos caminhos percorridos e da identificação dos caminhos a serem perseguidos”. Portanto, esta avaliação determinará o ponto de partida no caminho em direção ao objetivo traçado, facilitando o diagnóstico ao fornecer as bases para o planejamento.

A avaliação diagnóstica, segundo Melchior (2003, p. 44) “tem como pressuposto, a dialética constante entre avaliadores e avaliados, sempre na construção dos saberes, das habilidades e das atitudes dos educandos”.

Conforme explicado por Sant’Anna (1995) a avaliação em sua função diagnóstica irá:

- a) determinar a presença ou ausência de conhecimentos ou habilidades necessários para aprender algo novo (pré-requisito);
- b) identificar as causas determinantes das dificuldades de aprendizagem;
- c) comprovar as hipóteses sobre as quais se baseia o currículo, permitindo ajustar o programa da disciplina às condições do aluno;
- d) sondar o rendimento do aluno: o que aprendeu e o que deixou de aprender.

Assim, a função diagnóstica da avaliação objetiva conhecer o aluno e sua bagagem cognitiva, individualizando-o, com vistas a reajustar a ação e replanejar o trabalho, caso necessário, por meio da propositura de atividades a fim de superar as deficiências. Essa avaliação, também chamada de nivelamento, é aplicada no início do período letivo, e auxilia na identificação dos conhecimentos prévios do aluno, auxiliando na individualização da ação do docente, o qual pode utilizar diversos instrumentos de acordo com sua criatividade e os recursos disponíveis.

Quanto à função formativa ou de controle, a avaliação transveste-se de características de continuidade e acompanhamento, permitindo identificar se os educandos estão, de fato, alcançando as metas estabelecidas no planejamento, ou se há necessidade de correção de rumo (ALMEIDA, 2012).

Para Perrenoud (1999) a avaliação formativa seria a alternativa para a superação da avaliação hierarquizada e classificatória, a qual tornaria possível um monitoramento e acompanhamento da ação educativa, que, necessariamente, produziria uma intervenção diferenciada.

Constitui-se, então, a avaliação formativa num instrumento preciso de averiguação, a qual Perrenoud (1999, p. 104) prefere denominar “observação formativa”:

Melhor seria falar de observação formativa do que de avaliação, tão associada está esta última palavra à medida, às classificações, aos boletins escolares, à ideia de informações codificáveis, transmissíveis, que contabilizam os conhecimentos. Observar é construir uma representação realista das aprendizagens, de suas condições, de suas modalidades, de seus mecanismos, de seus resultados. A observação é formativa quando permite orientar e otimizar as aprendizagens em curso sem preocupação de classificar, certificar, selecionar.

Na concepção de Sant’Anna (1995), a avaliação em sua função formativa visa:

- a) informar o aluno e o professor sobre os resultados que estão sendo alcançados durante o desenvolvimento das atividades, ou seja, se os objetivos foram atingidos;
- b) localizar deficiências no desenvolvimento do ensino-aprendizagem, a fim de eliminá-las;
- c) propiciar *feedback* da ação.

Já Melchior (2003) nos indica a necessidade deste processo ser desenvolvido sistematicamente por todos os professores, de modo que os aprendizes entendam que não se estuda visando apenas uma nota ou um conceito, mas para aprender, e, assim, vão perdendo o medo de errar e de serem avaliados.

Nota-se então que a avaliação formativa subsidia e acompanha a aprendizagem, exercendo importante papel na formação e construção do conhecimento, revestindo-se de características qualitativas, fornecendo ao aluno o conhecimento de suas deficiências e o estimulando a prosseguir. Além disso, auxilia o professor na medida em que o informa acerca de seu rendimento. Não é, portanto, um fim em si, mas, como diria Perrenoud (1999, p.13) é uma “engrenagem no funcionamento didático”. No entanto, apesar de estar muito presente nos discursos das escolas, é muito pouco utilizada, permanecendo, na maioria das vezes, apenas a avaliação ao final do processo, fins decidir a “sorte” ou o “azar” dos alunos.

A função somativa da avaliação é aquela que faz um balanço final que permite verificar o que foi assimilado pelo aprendiz. Geralmente é realizada ao final do processo, quando a ação pedagógica já está finda. Poderia, assim, ser usada para

julgar o programa da escola, no entanto, o que se vê é apenas o julgamento do educando, visando verificar se este foi ou não aprovado. É revestida de características quantitativas, de caráter seletivo, competitivo e classificatório; é a síntese de um período, com vistas à expedição ou não de um certificado.

Sant'Anna (1995) chama a função somativa de classificatória, uma vez que visa:

- a) classificar o aluno segundo níveis de aproveitamento;
- b) buscar uma consciência coletiva quanto aos resultados alcançados.

Para que a avaliação se encarregue de sua função de subsidiar e acompanhar a aprendizagem, deve assumir um papel relevante na construção do conhecimento, abrindo espaço para o questionamento, investigação e reflexão sobre a prática pedagógica, entendendo o espaço pedagógico como interativo, dinâmico e relacional, atendendo em boa medida as funções da avaliação. Agora para que isso ocorra é preciso que seja construído coletivamente no Projeto Político Pedagógico da instituição. Além disso, é necessário que haja uma tomada de decisão por parte dos professores, refletindo sobre sua prática, identificando que concepção de ensino-aprendizagem a fundamenta, iniciando então uma mudança em suas estratégias e em suas aulas, tornando-as mais dinâmicas e ativas, deixando de ver no aluno apenas o aspecto cognitivo.

A AVALIAÇÃO E O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA APMCV

A avaliação atua de maneira subsidiária ao planejamento e a execução do ensino proposto pela instituição, trazendo em si toda uma concepção filosófica e política. Como diria Hadji (2001, p. 09), *a avaliação é “uma ‘poderosa alavanca’ para a ampliação do êxito na escola”*. Assim sendo, para Luckesi (2002, p. 28) *“a avaliação não se dá nem se dará num vazio conceitual, mas sim dimensionada por um modelo teórico de mundo e de educação, traduzido em prática pedagógica”*.

Dessa forma, para entendermos como se dá a prática pedagógica da avaliação no campo da educação, e mais especificamente aquela que ocorre na APMCV, é necessário conhecer e entender como a avaliação do processo ensino-

aprendizagem está contemplada no Projeto Político Pedagógico (PPP) 2013/2015 desta IES, já que foi este o documento que planejou detalhadamente os diversos aspectos do ensino que seriam ali desenvolvidos, de modo que a prática da avaliação da aprendizagem não deve acontecer distanciada daquilo que está proposto no PPP, ao contrário, deve estar muito bem articulada com o ele.

Pensar a avaliação do processo ensino-aprendizagem é pensá-la numa dimensão metodológica e pedagógica, contextualizada, de acordo com os princípios coletados no Projeto Político Pedagógico - PPP - da escola. Desta forma deve ser compreendida como momento de aprendizagem e não como instrumento de verificação de aprendizagem, como bem recomenda Luckesi (apud GAMA 1993, p. 166). Pensamento que coloca a avaliação numa dimensão muito mais abrangente. Pressupõem-se, ainda, ser o PPP elaborado pelo coletivo orgânico da escola (GAMA 1993, p.166). É na construção do PPP que todos elementos do processo educativo se constituirão e, por sua vez, a avaliação. Pois, a avaliação não pode continuar a ser trabalhada isoladamente, nessa dimensão restritamente técnica, em detrimento da ética, como o é no modelo tradicional de ensino. Avaliação ética é acima de tudo justa, que se justifica com a necessária transparência, valendo-se de critérios explícitos e com o devido respeito a todos envolvidos. Princípios que devem estar contemplados no PPP (BALIEIRO, 2003, p. 34).

O PPP 2013/2015 da APMCV, no que se refere à avaliação do processo ensino-aprendizagem apresenta os mesmos elementos que seu antecessor, o PPP 2008/2012, informado que:

A avaliação do processo de ensino e aprendizagem, visa medir em termos qualitativos e quantitativos, o desempenho da escola, dos professores e dos discentes, tendo como finalidades:

- a) Corrigir, em tempo hábil, qualquer desvio, na busca de objetivos fixados no projeto pedagógico e plano de curso, através de constante aperfeiçoamento da atuação docente;
 - b) Verificar a necessidade de correção do processo de ensino e aprendizagem;
 - c) Verificar a mudança de comportamento dos discentes e o atendimento dos objetivos contidos em cada programa de disciplina;
 - d) Medir aproveitamento e classificar os discentes;
 - e) Fornecer subsídios para a pesquisa pedagógica sobre resultado de avaliação.
- (Projeto Político Pedagógico 2013/2015 da Academia de Polícia Militar Costa Verde, p. 30)

Além disso, afirma que “a avaliação da aprendizagem é um procedimento didático de acompanhamento da aprendizagem, de diagnóstico e controle” (Projeto Político Pedagógico 2013/2015 da Academia de Polícia Militar Costa Verde, p. 60), reforçando que de modo bastante peculiar a avaliação serve para classificar os

alunos, sendo que esta classificação será responsável em parte pelas promoções que ocorrerão no decorrer da vida profissional do oficial.

Verifica-se que as finalidades apontadas para a avaliação na APMCV são pertinentes, exceto quando, não obstante sua declarada concepção construtivista da educação, o PPP traz um enfoque significativo para a função classificatória da avaliação de seu processo ensino-aprendizagem, dada as peculiaridades do mecanismo de promoção² do profissional formado, em que pese afirmar que “o objetivo essencial da avaliação é auxiliar a docentes e discentes a visualizarem a qualidade do ensino e aprendizagem, a partir de critérios definidos e transparentes”. (Projeto Político Pedagógico 2013/2015 da Academia de Polícia Militar Costa Verde, p. 60)

A CONCEPÇÃO DOS PROFESSORES DO CFO ACERCA DA AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM NA APMCV

Apresentaremos agora a análise, a interpretação e a discussão dos resultados encontrados na pesquisa de campo. Os dados foram coletados por meio da aplicação de questionário contendo perguntas abertas e fechadas, fornecendo-nos subsídios quantitativos e qualitativos acerca do nosso objeto de estudo.

Com o intuito de conhecermos a concepção dos professores do Curso de Formação de Oficiais da APMCV acerca da avaliação do processo ensino-aprendizagem adotada por eles próprios nesta IES, aplicamos o questionário constante do Apêndice A a 58 professores. Destes, um total de 35 retornaram o questionário, o que nos possibilitou entender o que se passa com relação ao processo avaliativo na APMCV, a partir da visão do docente.

Os dados foram apresentados seguidos de sua respectiva análise e interpretação, sendo que é seguida a ordem das questões conforme estão no

² Na Polícia Militar temos a promoção por antiguidade, sendo que esta é considerada pela data de ingresso na instituição. Todavia, entre aqueles que ingressaram na mesma data, e conseqüentemente fazem parte da mesma turma de formação, a antiguidade se dará pela classificação na turma, dada pela média das notas obtidas durante o curso.

questionário, acompanhadas de seus respectivos enunciados. Lembramos que nem todas as questões foram objeto de análise no presente trabalho.

RESULTADO

Dentre os professores que responderam ao questionário, vinte e cinco (71%) são do sexo masculino, vinte e um (60%) possuem experiência de pelo menos cinco anos como docente na instituição e/ou fora dela, trinta (86%) são oficiais militares estaduais (policiais militares ou bombeiros).

A terceira questão: *“Há reuniões pedagógicas na APMCV com o intuito de pensar a avaliação?”*, objetivou verificar se a APMCV realiza tais reuniões e se há a participação do docente. De acordo com as respostas obtidas, boa parte dos professores entrevistados (34% ou doze) diz que não há na APMCV reuniões pedagógicas com o intuito de se pensar a avaliação. Ao serem perguntados se participam destas reuniões, treze professores (37%) disseram que não participam, sendo que neste total temos os doze professores que disseram não haver tais reuniões na APMCV e mais um que disse haver as reuniões, mas ele, mesmo ciente, não participa. Nota-se então que há reuniões pedagógicas na APMCV com o intuito de se pensar a avaliação, todavia, ou muitos dos professores não estão sendo devidamente avisados, ou, mesmo cientes, estes não comparecem.

A quarta questão: *“Há orientações da APMCV acerca de como deve se dar a avaliação?”*, objetivou identificar se a APMCV orienta seus professores sobre como deve se dar a avaliação do processo ensino-aprendizagem, e se ela indica os instrumentos avaliativos a serem utilizados. Nota-se que na opinião de vinte e nove professores (83%), a APMCV orienta sobre como deve se dar a avaliação no âmbito do CFO, sendo que dezenove professores (54%) disseram que a Academia indica os instrumentos avaliativos a serem utilizados. Tais professores disseram que a APMCV indica a utilização de provas escritas, trabalhos e apresentações de seminários, sendo que afirmam que há uma preocupação em se produzir material físico das avaliações, a fim de ser arquivado caso haja necessidade de responder a alguma futura

contestação. Os professores que responderam que a APMCV não indica os instrumentos afirmam que a instituição deixa tal atribuição a critério do professor.

Seria de fundamental importância que a instituição orientasse melhor os professores acerca da forma como deve se dar a avaliação do processo ensino-aprendizagem, bem como indicar os possíveis instrumentos avaliativos a serem utilizados, até mesmo como uma maneira de tornar o processo avaliativo mais dinâmico e atraente para os alunos, além de direcionar o processo avaliativo fins atender aos objetivos propostos pelo PPP.

Foi perguntado na quinta questão: “*Você conhece o Projeto Político Pedagógico 2013/2015 da APMCV?*”. Tal questão pretendia detectar se os professores da Academia tiveram contato com o PPP em vigor da Instituição para a qual lecionam, diante da importância de tal documento na condução da política educacional da IES. A maioria dos professores entrevistados (57% ou vinte) afirma não conhecer este importante documento norteador das práticas de ensino daquela IES. Desta maneira fica difícil atender aos objetivos do PPP quanto à avaliação numa perspectiva construtivista.

Quanto à opinião daqueles professores que disseram conhecer o PPP 2013/2015 acerca deste documento, percebemos que a maioria o considera um importante norteador para a prática avaliativa na instituição, todavia salientando ser necessária uma discussão mais participativa acerca dos processos avaliativos nele previstos.

A avaliação é uma dimensão importante do processo institucional tanto no que diz respeito aos processos formativos diretamente ligados ao fazer curricular, quanto nos aspectos institucionais. Contudo, é preciso uma discussão participativa dos processos avaliativos previstos no PPP da APMCV, de modo que todos os atores envolvidos na dinâmica institucional, professores, alunos, corpo técnico administrativo e pedagógico contribuam não só com sua construção, como também possam compreendê-lo para além das questões meramente instrumentais e burocráticas de medida do desempenho dos alunos. [...] (Professor 01)

Na sexta questão questionamos os professores acerca de “*Quais os instrumentos de avaliação do ensino-aprendizagem você mais utiliza? Por quê?*”. Nota-se que quase a totalidade dos entrevistados disseram que utilizam provas escritas, trabalhos em grupo e seminários com apresentações orais. Apenas um dos entrevistados disse utilizar peças teatrais e jogos lúdicos; outro disse utilizar

relatórios técnicos alinhando teoria e prática; e um outro disse costuma antes da prova escrita, aplicar questionários com consulta, fins permitir a fixação do conteúdo.

A diversificação dos métodos e instrumentos de avaliação é algo necessário nos dias de hoje. Os modelos tradicionais nos quais os professores têm se baseado para avaliar não satisfazem mais os alunos, e as diferentes ferramentas tecnológicas disponíveis tornam mais fácil a busca por novos meios de desenvolvimento da avaliação, podendo torná-la mais atraente.

Com relação ao questionado na pergunta sete: *“Quais critérios você leva em conta ao aplicar uma avaliação aos seus alunos do CFO?”*, verifica-se que os critérios levados em conta pelos professores apresentam grande variedade, havendo uma preocupação geral dos professores em avaliar o aluno durante as aulas, conforme sua participação em sala. Quando se trata de prova escrita, procuram formular questões que não permitam respostas oriundas da aprendizagem mecânica, ou memorística ou o famoso “decoreba”, que serve para as provas e é esquecida logo após. Grande parte diz também avaliar o poder de síntese e a ligação da teoria à prática profissional.

A preparação para correção é baseada no barema - então a resposta deve estar dentro de um parâmetro, ou seja algumas palavras chaves devem estar contidas, podem ser também alguns autores, etc. [...] Uso muito para isso “ZPD” Zona de Desenvolvimento Proximal”, mesmo porque não avalio somente no final, durante as aulas tenho o hábito de liberar textos dos teóricos que formulam o conteúdo da disciplina, recomendo pesquisas sobre ocorrências policiais e seus estudos de casos, realizo estudo dirigidos, todos valendo um ponto que agregará na nota final da avaliação. [...] (Professor 02)

Participação efetiva nas discussões em sala de aula; capacidade de síntese dos autores de referência da disciplina; capacidade de uso adequado dos pressupostos da metodologia científica e normas técnicas; capacidade de reelaborar os conhecimentos teóricos à prática de instrução vinculado a formação dos agentes de segurança pública; capacidade de articulação de outras fontes de pesquisa [...]; capacidade em desenvolver um prática docente. [...] (Professor 01)

Foi perguntado na questão oito se *“Após as avaliações, os erros e acertos de cada aluno são trabalhados e discutidos por você, buscando o entendimento, identificando onde possa ter havido dificuldade na transmissão/recepção do conteúdo?”*. Tal questão teve por escopo identificar se os professores da APMCV adotam uma postura construtivista no retorno da avaliação, utilizando a avaliação em sua função formativa, entendendo

a avaliação como um instrumento de apoio à aprendizagem do discente, promovendo a orientação e interação professor-aluno.

Denota-se que três entrevistados (9%) disseram que não trabalham nem discutem os erros e acertos de cada aluno, sendo que todos os três disseram que só o fazem caso a média da turma tenha sido muito baixa, ou seja, identificam-se com características da função somativa da avaliação e tradicional de ensino. As respostas a esta questão dão conta de que a grande maioria dos professores discutem com os alunos sobre as avaliações, realizando um adequado *feedback*, identificando-se com a função formativa da avaliação.

Na nona questão (*“Quando numa avaliação é verificado que grande parte da turma teve dificuldade no entendimento de algum tópico, tal assunto é novamente ensinado de uma maneira diferente?”*) procurou-se identificar se os docentes realmente estavam dando continuidade e o devido acompanhamento ao processo ensino-aprendizagem por meio da avaliação, não a utilizando apenas como instrumento de medida e de classificação, mas também para correção de rumos por meio da retomada dos conteúdos que eventualmente não ficaram claros para os aprendizes como um todo, como o quer a função formativa da avaliação. Vinte e seis entrevistados (74%) responderam que sim; nove (26%) responderam que não, sendo que destes últimos, quatro alegaram que não há tempo hábil para tal prática, uma vez que as avaliações costumam ser aplicadas nas últimas aulas da disciplina, e cinco disseram que nunca ocorreu situação em que grande parte da turma teve dificuldade de entendimento de algum tópico.

Por meio da décima questão (*“Como pensa serem recebidas as avaliações por parte dos alunos?”*), a qual objetivou verificar a percepção dos docentes acerca de como são recebidas as avaliações pelos alunos, vinte e três professores (66%) indicaram que os alunos recebem bem as avaliações, dez (28%) indicaram que recebem de forma indiferente e dois (6%) indicaram que os aprendizes recebem mal a avaliação.

Na questão doze pretendeu-se extrair a percepção dos professores acerca das avaliações que aplicaram, todavia, direcionando-os à uma análise mais detalhada e baseada num conceito de avaliação como instrumento auxiliar para o desenvolvimento da aprendizagem do discente, como se vê em seu enunciado,

As avaliações que você aplica aos alunos do CFO podem ser consideradas elementos constitutivos do processo ensino-aprendizagem no sentido de que lhe servem de instrumento para saber como está o desenvolvimento de cada aluno na disciplina, permitindo-lhe identificar dificuldades e progressos, melhorando o ensino da disciplina ou são apenas instrumentos de medições e atribuições de notas e/ou conceitos com o objetivo de classificação e tendo em vista uma exigência burocrática? Comente.

As avaliações, quando bem elaboradas, além de servir para medir a evolução da aprendizagem, servem para avaliar a eficiência dos métodos utilizados pelo professor e porque não dizer, serve também como critérios de classificação. (Professor 03)

São mais instrumentos de medições e atribuições de notas e/ou conceitos com o objetivo de classificação, tendo em vista uma exigência burocrática. Mas considero importante porque normalmente os alunos que vão bem são os alunos que se dedicam. [...] (Professor 04)

Percebe-se que há uma falta de conhecimento mais profundo de alguns professores acerca dos métodos, critérios e técnicas avaliativas, o que tem prejudicado o processo de avaliação na APMCV. Os alunos quase nunca são informados sobre o que realmente será avaliado, e acompanha-se muito pouco o progresso durante o desenvolvimento da disciplina. Além disso, alguns professores são categóricos em dizer que suas avaliações são meros instrumentos de medida e atribuição de nota.

Na décima terceira questão fora obtido os seguintes resultados:

a) 71% dos entrevistados acreditam que por meio dos métodos avaliativos que empregam na APMCV conseguem corrigir, em tempo hábil, qualquer desvio, na busca dos objetivos fixados no projeto pedagógico e no plano de curso;

b) 83% dos professores acreditam que por meio dos métodos avaliativos que empregam na APMCV verificam a necessidade de correção do processo de ensino e aprendizagem;

c) 91% dos professores acreditam que por meio dos métodos avaliativos que emprega na APMCV verificam a mudança de comportamento dos discentes e o atendimento dos objetivos contidos no programa da disciplina;

d) 83% dos entrevistados entendem que por meio das avaliações medem o aproveitamento e classificam os discentes.

As respostas obtidas na questão treze dão conta de que boa parte dos

objetivos apresentados são atingidos, resultado do aperfeiçoamento constante e perceptível de alguns professores, tanto militares como civis. Todavia, aparenta-se que uma das finalidades a ser perseguida pela avaliação do processo ensino-aprendizagem na APMCV ainda é a nota, o conceito, com o escopo de classificar os alunos.

O objetivo dessa abordagem junto aos professores do CFO foi de tão somente conhecer como percebem as avaliações que aplicam aos alunos ao longo do curso. Nota-se que pela maioria das opções e justificativas apresentadas pelos professores, quer pela preferência, quer pela rejeição quanto ao tipo de avaliação que realizam, identificam-se com as características de avaliações tradicionais, pautadas em modelos autoritários, que não favorece uma aprendizagem construtiva, participativa, em que pese o discurso ser, em certa medida, o contrário. Ou seja, quando questionados os professores tendem a crer que de fato realizam uma avaliação coerente com os princípios do PPP 2013/2015 da APMCV e que sua avaliação é realmente um elemento constitutivo da aprendizagem. Todavia, quando observamos mais a fundo, percebe-se a falta de cuidado na elaboração das avaliações, o não compartilhamento dos critérios avaliativos junto aos alunos, a falta de oportunidade de discussão e *feedback* após as avaliações, entre outros.

Ou seja, tudo isso nos leva a crer que o processo hoje desenvolvido ainda se encontra distanciado do modelo construtivista de ensino, pois não permite que os alunos desenvolvam um papel mais interativo no processo ensino-aprendizagem. Basta lembrarmos que a perspectiva construtivista representa o conhecimento, que não é inato, sendo construído pelo sujeito numa interação com o meio físico e social (BALIEIRO, 2003).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo-se do princípio que a avaliação, sendo um dos elementos constitutivos do processo educacional, exerce um papel fundamental e único no desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem e na construção do saber do indivíduo, é que esta pesquisa surgiu, visando contribuir com a prática educacional

da APMCV, a partir da busca pelo entendimento do que se passa em matéria de avaliação educacional nesta IES.

Como notado, foi percorrido o caminho da pesquisa bibliográfica, documental e de campo com o intuito de respondermos adequadamente ao problema: Qual a concepção dos professores do Curso de Formação de Oficiais da APMCV acerca da avaliação do processo ensino-aprendizagem adotado na instituição?

Buscando esclarecer que a avaliação é um importante instrumento de contribuição à aprendizagem e de melhoria do ensino no processo educacional, este trabalho buscou compreender o que é a avaliação do processo ensino-aprendizagem, sua importância para a educação e suas funções, bem como a maneira como está contemplada no PPP 2013/2015 da APMCV, além da percepção dos docentes acerca da prática avaliativa por eles mesmos desenvolvida na Academia.

Com base nos dados analisados e interpretados, nota-se que a concepção dos professores acerca da avaliação educacional na APMCV é, de modo geral, a de que a avaliação, por uma exigência burocrática e institucional, é sim valorizada como um instrumento de “medição” do conhecimento e classificação entre os alunos, estando, dessa forma, distanciada de um modelo construtivista e formativo da avaliação, o qual enxerga nela um elemento constitutivo e relevante da construção do conhecimento.

Todavia, fora tais exigências, o professor tem a liberdade de desenvolver outros métodos avaliativos como auxiliar do processo ensino-aprendizagem, o que tem sido colocado em prática por alguns professores, os quais tem observado que a avaliação, quando bem elaborada, contribui muito para o desenvolvimento dos aprendizes.

Percebe-se que a prática avaliativa do curso tem caminhado para atender os principais aspectos abordados pelo PPP, em que pese ainda haver pouca comunicação entre professor e aluno sobre os métodos avaliativos, de modo que os alunos quase nunca sabem o que será avaliado e de que maneira. Além disso, o costume de se aplicar as avaliações nas últimas aulas da disciplina tem levado os professores a negligenciarem importantes papéis da avaliação que é discutir o

desenvolvimento de cada aluno na disciplina, ensinar novamente um assunto quando parte da turma teve dificuldades, trabalhar os erros e acertos de cada aluno, identificando onde possa ter havido dificuldade na transmissão/recepção do conteúdo.

Sabedores de que quando se trata de avaliação do processo ensino-aprendizagem, abre-se um leque das mais variadas possibilidades de se fazê-la, já que inúmeros são os instrumentos, as metodologias, as propostas que sustentam tal prática, não pretendemos com esta pesquisa esgotar o tema que é tão amplo e sobremaneira relevante para a melhoria da prática educacional em nossa escola. Mas, esperamos que ela possa se tornar um instrumento de reflexão dos professores e gestores da APMCV, visando à melhoria do processo avaliativo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, F. E. G. **A avaliação do processo ensino-aprendizagem na concepção dos alunos do terceiro ano do Curso de Formação de Oficiais da Academia de Polícia Militar Costa Verde.** Artigo Científico (Pós Graduação em Metodologia Científica e Docência) - Academia de Polícia Militar Costa Verde (APMCV), Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL). Várzea Grande, 2012.
- BALIEIRO, Almir. **Avaliação do processo ensino-aprendizagem: a concepção dos professores civis e militares da Academia de Polícia Militar Costa Verde – MT.** Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto de Educação, Universidade Federal do Estado de Mato Grosso. Cuiabá, 2003.
- DEMO, Pedro. **Ser professor é cuidar para que o aluno aprenda.** 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2005.
- DEPRESBITERIS, Léa. **Avaliação educacional em três atos.** São Paulo: SENAC, 1999.
- HADJI, C. **Avaliação desmistificada.** Porto Alegre: ArtMed, 2001.
- LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da aprendizagem escolar.** 12. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- MATO GROSSO. Academia de Polícia Militar Costa Verde. **Projeto Político Pedagógico 2013/2015 da Academia de Polícia Militar Costa Verde.** Várzea Grande, 2013.
- MELCHIOR, Maria Celina. **Avaliação pedagógica: função e necessidade.** 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2003.
- PERRENOUD, Philippe. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens – entre duas lógicas.** Tradução de Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.
- SANT'ANNA, Ilza Martins. **Por que avaliar? Como avaliar? Critérios e instrumentos.** Petrópolis: Vozes, 1995.